



## **PAUTA DE REIVINDICAÇÕES DO SETOR AOS CANDIDATOS**

A FETRANSPAR- Federação das Empresas de Transporte de Cargas do Estado do Paraná, entidade que nos últimos 25 anos, a instituição que representa mais de 20 mil empresários do setor, que juntos empregam perto de 340 mil pessoas e a qual tem papel fundamental em diferentes discussões que envolvem um segmento que representa expressivos 6% do PIB estadual, o transporte de cargas e o SETCEPAR - SINDICATO DAS EMPRESAS DE TRANSPORTES DE CARGAS NO ESTADO DO PARANÁ, entidade de classe que congrega a categoria econômica de empresas de transporte de cargas em 264 municípios no Estado do Paraná, por meio deste documento, após pesquisa com seus associados, informam as solicitações de melhoria a serem implantadas nos próximos 4 anos, para melhorar as condições de trabalho e geração de renda do setor.

Como qualquer outro setor da economia brasileira, o transporte rodoviário de cargas também enfrentou crises econômicas que assolaram o país, fruto dos desmandos, da incompetência de gestores públicos que levaram o país a enfrentar diferentes períodos de recessão, levando a quadros agudos de desemprego, ao abandono da infraestrutura rodoviária entre outras mazelas. Muitas destas crises nascem da ganancia humana, por meio da corrupção enraizada em nossa cultura.

Como entidade de representação, estaremos atentos as oportunidades que o presente nos oferece e que possam contribuir para que o setor de transportes de cargas possa crescer ainda mais, e o período de pleito eleitoral é sempre momento de colocarmos nossas necessidades a mesa. Por isso, estamos entregando aos nossos candidatos ao Governo Estadual, esse documento que lista os principais gargalos que travam o desenvolvimento do setor, certos de que, se eleito, o novo governador poderá trabalhar para que o transporte de cargas no Estado tenha atenção adequada.

## **Paraná Competitivo**

- Ampliar o limite de utilização de crédito acumulado do ICMS no Programa Paraná Competitivo e agilizar o processo de análise e liberação dos créditos para investimentos.

- Retornar a modalidade de investimento (comércio e indústria) no Siscred para transferência de crédito acumulado de ICMS, vinculando-o à aplicação no Paraná.

### **- ICMS no transporte dentro do estado do Paraná**

**Problema atual:** A isenção desta cobrança inibe o crédito por parte das empresas, o que gera contas gráficas positivas que poderiam ser dirigidas para investimentos.

### **- Planilha ICMS – Paraná**

**Problema atual:** A planilha solicitada é impossível de ser confeccionada e está gerando multas nas fiscalizações efetuadas, pois qualquer modelo apresentado não serve para o fiscal. Solicitamos a eliminação.

### **- Criar plano de incentivo para compras de insumos no estado, similar ao PRÓCARGAS-SC**

**Problema Atual:** Não existe incentivo fiscal para que se adquiram insumos de empresas paranaenses. Uma redução de impostos na compra de veículos, ou redução de prazos de dedução dos créditos do imobilizado inscritos no CIAP (em SC são 12 meses e no PR 48 meses) poderiam ajudar nesta aquisição, o que geraria aumento de arrecadação.

**- Parceira entre Governo e ANTT no Projeto Canal Verde –** Para ajudar na arrecadação do ICMS bem como para combater a concorrência desleal entre as transportadoras e garantir o combate à sonegação é necessário realizar acordo de cooperação com a ANTT e investir nos Gates Virtuais nas rodovias estaduais para que ocorra fiscalização online de de 100% do fluxo de cargas.

## **Desburocratização**

**- Inscrição Estadual** - Fornecer Inscrição Estadual online com alvará de funcionamento automático desde que o empresário se comprometa a cumprir todas exigências legais para funcionamento, principalmente com relação a estrutura de combate a incêndio. Dentro de 90 dias a fiscalização poderá vistoriar e se estiver em desacordo aplicar uma multa de valor elevadíssimo ou até mesmo cassar imediatamente o alvará de funcionamento. Neste Sentido é necessário um projeto de Lei que incentive e agilize o empreendedorismo acreditando na honestidade dos empreendedores e punindo exemplarmente quem tentar burlar a facilidade para iniciar operações empresariais no PR.

- Redigir Lei que determine no máximo 30 dias para o IAP fornecer alvará de licenciamento ambiental. Não se pode passar pelo mesmo crivo de exigência de uma usina hidroelétrica para construir um simples barracão logístico. Há um excesso de burocracia no IAP que demanda até dois anos para liberação de alvará.

## **INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA**

A infraestrutura deficiente é considerada um dos maiores gargalos para o crescimento econômico do País. É preciso disponibilizar sistemas adequados e eficientes que possibilitem o escoamento da produção para os mercados nacional e internacional. Os desafios a serem superados necessitam de investimentos nos sistemas de transporte rodoviário, ferroviário, portuário, hidroviário e aeroviário.

Neste sentido é necessário - Coordenar um programa com todas as cidades do PR que projetam atingir mais de 100.000 habitantes em 10 anos para desde já definir o PLANO DIRETOR PARA FLUXO LOGÍSTICO e ENTREGAS URBANAS. O objetivo é evitar problemas futuros de conflitos urbanos entre o transporte de carga e automóveis, pedestres ou ciclistas. Todas as regiões metropolitanas devem planejar um anel externo viário que suporte até bitrens de 30m e definir em uma região específica a concentração de empresas de logística. Esta concentração permitirá o compartilhamento de rotas para otimizar o fluxo de cargas fracionadas no processo de entrega urbana. Isso evitará o excesso de caminhões durante o expediente na região central das respectivas cidades. Além disso, ao limitar o tamanho e PBT de caminhões urbanos (VUC – Veículo Urbano de Carga) as prefeituras terão menor custo com asfaltos pois não haverá necessidade de suportar no fluxo urbano carretas de 45 ton ou bitrens de 74 tons.

- **Plano Diretor para Fluxo Logístico** - Na RMC faltou planejamento e já sentimos o problema, portanto, para contemplar o item acima há necessidade de definir como ZONA LOGÍSTICA a região externa do rodoanel entre as BRs 277 e 376 em SJPinhais e na região da BR116 em Colombo para o fluxo oriundo de SP.

- **Marginais no Anel Viário da RMC** - Construção das marginais no Contorno do CIC (15 km) entre a BR 277 para quem chega de Campo Largo a Curitiba e a BR 116 (Ceasa) com trincheiras sob diversos pontos do contorno. Isto é necessário para que o corredor central para os caminhões que apenas passam pela RMC no sentido Ponta Grossa para SC, Paranaguá ou SP não tenham sua velocidade média prejudicada por trânsito intenso urbano que congestionava o fluxo.

- **Rodovia SP – SC sem passar pela RMC** - Construção de uma rodovia que conecte quem vem de SP pela BR 116 a região de Pontal do Sul onde esperamos ter mais um porto e na sequência a ligação com SC via PONTE DE CAIOBÁ-GUARATUBA ligando na sequência até a BR 101 na região de Guaruva. Isto eliminará do anel viário uma quantidade expressiva de carretas que fazem o fluxo Mercosul+RS+SC > São Paulo sem trafegar pela RMC.

## **Rodovias**

O modal rodoviário é o mais utilizado no País, representando cerca de 60% do transporte interno. Além de medidas para integração com as ferrovias, é fundamental a duplicação de rodovias e a manutenção permanente da malha viária.

### **Concessões de Rodovias**

Estabelecidas pela Lei nº 13.448/2017, as novas regras impedem a prorrogação dos contratos de concessão de rodovias no Paraná, por conta de dispositivos contidos no Artigo 4º, incisos I e II, que definem que a possibilidade de alteração no prazo de vigência do contrato de concessão deve ser expressamente admitida no respectivo edital ou no instrumento contratual original.

- Manter a determinação de encerramento dos contratos com as atuais concessionárias do Anel de Integração.
- Promover gestões junto ao governo federal para a renovação do convênio de delegação das rodovias federais do Anel de integração.
- Iniciar os estudos para antecipação do lançamento do edital para concessão do Anel de Integração, com todo trecho duplicado.
- Incluir nos editais novos trechos como: Mauá-Londrina; Jaguaraiva-Jacarezinho; Paranavaí-Nova Londrina; Candói-Pato Branco; Guarapuava-Campo Mourão.
- Desenvolver nova modelagem de concessão para as rodovias no estado, podendo contemplar as rodovias que se encontram em concessões e as rodovias estaduais que poderiam ser concedidas.
- Prever a utilização das praças de pedágio como pontos onde a segurança pública e outros serviços possam ser utilizados. Hoje as praças são subutilizados, embora estratégicos nas estradas.

### **Duplicações e manutenção de Rodovias Federais**

Atuar junto ao governo federal para a realização das obras nas rodovias federais localizadas no Paraná, tais como:

- Duplicar a BR 476/153 da Lapa a Palmas, no entroncamento com a PR 280.
- Concluir a BR 487 entre Campo Mourão e Porto Camargo.
- Concluir a BR 153 de Alto Amparo a Imbituva e União da Vitória.
- Revitalizar o trecho da BR 158 entre Campo Mourão e Laranjeiras do Sul.
- Duplicar a Rodovia BR 466 e BR 487 entre Guarapuava e Campo Mourão.
- Duplicar a BR 158/BR 373 no trecho de Pato Branco a Candói.

- Duplicar a PR 323/BR 272 entre Maringá e Guaíra.
- Revitalizar a BR 272 entre Goioerê e Iporã.
- Construir a segunda ponte em Foz do Iguaçu.
- Concluir a duplicação da BR 163 entre Guairá e Marmelândia (entroncamento com a PR 280).

### **Manutenção de Rodovias Estaduais**

A Secretaria de Infraestrutura e Logística do Governo do Estado vem desenvolvendo amplo programa de melhoria das rodovias estaduais, reformando e ampliando a malha viária, visando à melhoria da trafegabilidade e segurança das vias.

Além disso, realiza importante trabalho de melhoria dos acessos dos municípios à capital paranaense, como a duplicação da rodovia de ligação com Piraquara, a retomada das obras de duplicação da rodovia para Colombo e início da duplicação da Rodovia dos Minérios.

- Manter e tornar perene o programa de manutenção e melhoria das rodovias estaduais.
- Passar a coordenar os consórcios municipais das Patrulhas Mecanizadas.

### **Revitalização e Duplicação de Rodovias Estaduais**

- Atuar para derrubar as ações judiciais que impedem o início das obras da duplicação da PR 092, Rodovia dos Minérios, entre Curitiba e Rio Branco do Sul.
- Concluir a duplicação da PR 417, Rodovia da Uva, entre Curitiba e Colombo.
- Concluir o projeto e construir a ponte Matinhos – Guaratuba.
- Duplicar a PR 092 entre Jaguaraiva e Santo Antonio da Platina.
- Duplicar a PR 280 – Barracão – Francisco Beltrão – Pato Branco – Palmas, até o entroncamento com a BR 153.
- Pavimentar a PR 339, entre Pitanga e Mato Rico.
- Pavimentar a PR 912, entre Coronel Domingos Soares e Palmas
- Pavimentar a PR 364, entre São Mateus do Sul e Irati.
- Concluir o Contorno Oeste de Marechal Cândido Rondon, ligação entre a BR 163 e a PR 467.

- Concluir o Contorno Norte de Castro, ligação entre os distritos industriais I e II.
- Pavimentar a PR 691, Estrada Beira-Rio, entre Porto Rico e Porto São José, em São Pedro do Paraná.
- Duplicar a PR 466, na região metropolitana de Guarapuava.
- Duplicar a PR 323/BR 272, entre Maringá e Guaíra.
- Construção da rodovia entre a PR 407 e Pontal do Sul, no litoral, projeto que faz parte da Faixa de Infraestrutura e que precisa sair do papel.

### **Estradas rurais**

O Programa Patrulhas Mecanizadas desenvolvido pelo governo do estado, que disponibiliza aos consórcios intermunicipais, maquinário para o trabalho de readequação e melhoria de estradas rurais, ajuda os municípios e dá melhor qualidade de vida para a população, melhorando a trafegabilidade para o transporte escolar e escoamento da produção.

- Manter o Programa Patrulhas Mecanizadas, que opera por meio de consórcios de municípios e tem prestado bons serviços na manutenção e readequação das estradas rurais.

### **Agepar**

A Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados da Infraestrutura do Paraná (Agepar) tem como incumbência exercer a regulação e fiscalização dos contratos de concessão dos serviços viários sob concessão no Paraná.

- Debater com as entidades o programa e prioridades de trabalho da Agepar, como a formulação de uma nova metodologia para concessão das vias públicas do Paraná e modernização do sistema de transporte fluvial.
- Reforçar a Agência com a contratação de técnicos.
- Estruturar uma nova modelagem para concessões a ser aplicada nas rodovias estaduais.

### **Portos**

O governo do Paraná, nos últimos sete anos, conseguiu colocar em prática um amplo programa de modernização dos Portos de Paranaguá e Antonina, tendo resolvido problemas crônicos, como o das filas de caminhões para descarga e de navios para atracação.

A profissionalização da gestão da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (APPA) foi fundamental para a obtenção desses avanços. E esse trabalho precisa ter continuidade para dar sequência

à melhoria dos portos paranaenses, com o objetivo de tornar o Paraná cada vez mais atrativo para novos investimentos.

O programa de dragagem deve se tornar permanente, bem como os investimentos nos acessos ao Porto de Paranaguá e na inovação dos equipamentos e processos.

- Interceder junto à Antaq e à Secretaria dos Portos para agilizar a concessão de novas áreas no Porto de Paranaguá. Duas áreas já tiveram seus editais publicados (Terminal de Celulose e de Veículos). Há previsão de três novos terminais para grãos, ainda sem data para divulgação.
- Dar continuidade aos investimentos em dragagem e tornar esse trabalho permanente, o que tem possibilitado ao Porto de Paranaguá bater recordes de movimentação, pois os navios saem do terminal com carga cheia, o que não ocorria até 2011.
- Concluir os projetos e construir a nova rodovia que ligará Praia de Leste a Pontal do Paraná, dando continuidade ao processo de criação da Faixa de Infraestrutura de acesso a Pontal do Paraná.
- Interceder junto à Capitania dos Portos para fazer a homologação do calado já dragado no Porto de Paranaguá.
- Estruturar um berço no Porto de Paranaguá para embarque de produtos para navios de cabotagem.
- Adequar um dos berços para atração de navios de passageiros.
- Destinar um berço no Porto de Paranaguá para carregamento de navios com cavacos de madeira.
- Apoiar a licitação para construção de um terminal de embarque de celulose no Porto de Paranaguá.
- Dar continuidade no investimento para construção e remodelação do berço 201, no cais oeste.
- Apoiar a construção dos Portos do Imbocuí e do Pontal.

## **SEGURANÇA PÚBLICA**

Todas as regiões metropolitanas das principais cidades sofrem com o problema da criminalidade. As ações de segurança pública no Paraná têm melhorado. Mas, por mais que se invista em pessoal, equipamentos e inteligência, a criminalidade cresce a passos largos.

Em outros países, a coalização entre o poder público, empresários, polícias e universidades, com vistas a debater e estabelecer estratégias de combate ao crime organizado, tem se mostrado eficaz.

A segurança pública ganhou imensa visibilidade nos últimos anos no Brasil e passou a ser considerada como o principal desafio ao Estado de Direito. A amplitude dos temas e problemas afetos à área sinaliza para a necessidade de ações que devem passar, além das políticas públicas, pelo alongamento dos pontos de contato das instituições públicas com a sociedade civil e com a produção acadêmica mais relevante ao segmento.

- Aperfeiçoar o mapeamento e vigilância dos pontos de maior concentração do crime, com a adoção de práticas de repressão ostensiva e ações comunitárias de inclusão social de jovens.
- Fazer uma coalização entre o poder público, empresários, Polícias Militar e Civil, universidades, de forma regional e estadual, para debater estratégias de combate ao crime organizado.

- Criar um cinturão de vigilância em cada escola pública do estado, com policiais envolvendo as associações de pais e mestres, bem como a instalação de câmeras nos acessos às escolas para apoiar e monitorar o combate ao tráfico de drogas.
- Expandir o sistema de vigilância eletrônica (câmeras).
- Aperfeiçoar o sistema de denúncia, para torna-lo mais efetivo e dar segurança aos denunciantes.
- Investir na infraestrutura e pessoal da Delegacia de Furtos e Roubos de Cargas. Hoje esse é um dos principais problemas enfrentados pelo setor de transportes. A inteligência contra esse tipo de crime se faz necessário para que o mesmo não cresça no Paraná.
- Criação da Delegacia de Roubo de Cargas em Londrina e Cascavel.
- Lei de Perdimento de Bens  
*Problema atual:* A lei está regulamentada, mas a comunicação falha da Secretaria da Fazenda do Paraná com a Secretaria de Estado de Segurança Pública, a mesma ainda não está em operação.

## **Fronteiras**

- Ampliar o programa de combate ao contrabando de mercadorias e tráfico de armas e drogas, promovendo a integração da Polícia Militar do Paraná com a Polícia Federal e o Exército na fronteira com o Paraguai e Argentina, criando um cordão de segurança na área para dar efetividade no combate ao crime. Para a eficácia disso é imprescindível a participação do governo do Mato Grosso do Sul.
- Criar um programa de proteção, integrando as ações das polícias de fronteira com as comunidades locais e estabelecer um canal, por sistema telefônico ou digital, pelo qual as pessoas possam denunciar as rotas de operação dos marginais.
- Implantar um sistema de monitoramento por câmeras nas principais rotas de contrabando na beira do Lago de Itaipu.

**Agosto/2018**

**Carlos Antônio da Silva Vieira**

**Presidente FETRANSPAR**

**Marcos Egídio Battistella**

**Presidente SETCEPAR**









